

Secretaria
de Educação e
Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

Investigação em Saúde Ambiental

Orientações para Novas Oportunidades
de Aprendizagem

Secretária de Educação e Esportes
Ivaneide Dantas

Secretária Executiva Planejamento e Coordenação
Mônica Maria Andrade

Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação
Tárcia Regina da Silva

**Secretário Executivo de Educação do Ensino Médio e
Profissional**
Gilson Alves do Nascimento Filho

Secretário Executivo de Administração e Finanças
Gilson Monteiro Filho

Secretário Executivo de Gestão da Rede
Igor Fontes Cadena

Secretário Executivo de Esportes
Luciano Leonídio

Elaboração

Suzana Maria de Castro Lins

Equipe de coordenação

Janine Furtunato Queiroga Maciel

**Gerente de Políticas Educacionais do Ensino Médio
(GGPEM/SEMP)**

Rômulo Guedes e Silva

**Gestor de Formação e Currículo
(GGPEM/SEMP)**

Andreza Shirlene Figueiredo de Souza

**Chefe da Unidade de Formação e Currículo do Ensino Médio
(GGPEM/SEMP)**

Revisão

Ana Caroline Borba Filgueira Pacheco

Sumário

Introdução	3
Tecendo conhecimento 1	4
Roteiro de Atividade 1	3
Tecendo Conhecimento 2	5
Roteiro de Atividade 2	5
Tecendo Conhecimento 3	6
Roteiro de Atividade 3	7
Tecendo Conhecimento 4	7
Roteiro de Atividade 4	9
Tecendo Conhecimento 5	9
Roteiro de Atividade 5	10
Referencial Bibliográfico	11

Introdução

Olá **estudante**,

Este caderno foi escrito especialmente para você, estudante do ensino médio. Aqui você encontrará uma abordagem sobre a Unidade Curricular **Investigação em Saúde Ambiental** com atividades e formas de discussão das temáticas de maneira mais próxima, mediada por este caderno. Dúvidas podem ser tiradas com seus professores na escola.

A Unidade Curricular **Investigação em Saúde Ambiental** - presente na **Trilha Meio Ambiente e Sociedade**, no Novo Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Pernambuco - tem o objetivo de aprofundar conhecimentos que você já estudou na Formação Geral Básica(FGB), do nosso currículo.

Vamos iniciar nossos estudos para trilhar os caminhos do conhecimento, aumentando nossa bagagem intelectual!

Tecendo conhecimento 1

Políticas Públicas de Saúde Ambiental

A saúde é direito de todos e dever do Estado, o qual deve garantir, mediante políticas públicas, a redução do risco de doenças e agravos à saúde e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, Constituição 1988). Com isso, a saúde se constitui como direito fundamental ao ser humano, sendo dever do Estado dotar as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária(ANVISA) é responsável por criar normas e regulamentos, e dar suporte para todas as atividades da área no País. O Estado, por meio da ANVISA, realiza um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

A vigilância sanitária é essencial para a proteção de qualquer cidadão. Ela garante a venda de medicamentos genéricos de qualidade, produtos industrializados seguros para o consumo humano, ou mesmo a liberação de vacinas que seguem à risca todas as exigências internacionais. Todos esses produtos e milhares de outros precisam ter registro e seguir regras e normas determinadas pela ANVISA.

Disponível em:
<https://portal.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/Investigacao-em-Saude-Ambiental.pdf>

Acesse o link para assistir ao vídeo: Saúde ambiental, conceito e riscos I.
https://www.youtube.com/watch?v=ChfFg3_-qTM&t=306s

Acesse o link para assistir ao vídeo Lei 11350 de 2006 - Rege as atividades dos ACS

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a Ação Docente, disponível em: [UC Investigação em Saúde Ambiental.docx](#).

Autores: Franciana Pereira dos Santos, Maria de Fatima de Andrade Bezerra, Rayane Lima Gomes e Suzana Maria de Castro Lins. 3

e dos ACE. <https://www.youtube.com/watch?v=qYGpE2s5Kil>

Roteiro de Atividade 1

Pesquise sobre as ações que devem ser garantidas pelo poder público para a saúde humana e do meio ambiente.

Questionário:

1. Você acredita que as políticas públicas de saúde ambiental são importantes para proteger a saúde da população?

- Sim.
- Não.
- Não tenho certeza.

2. Você está ciente das políticas públicas em vigor relacionadas à saúde ambiental em sua região(local, nacional ou global)?

- Sim, estou ciente.
- Não, não estou ciente.
- Em parte.

3. Quais medidas você acredita serem essenciais para promover a saúde ambiental em sua comunidade? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Melhorar a qualidade do ar e reduzir a poluição atmosférica.
- Garantir acesso à água potável e saneamento básico.
- Preservar áreas verdes e espaços naturais.
- Promover práticas agrícolas sustentáveis.
- Reduzir o uso de produtos químicos tóxicos em ambientes urbanos e rurais.
- Outros (por favor, especifique): _____

4. Você acredita que as autoridades públicas estão fazendo o suficiente para abordar os problemas de saúde ambiental em sua região?

- Sim.
- Não.
- Em parte, traga suas sugestões.

5. Quais são os principais desafios que você identifica na implementação de políticas públicas de saúde ambiental? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Falta de recursos financeiros.
- Resistência de setores industriais ou comerciais.
- Falta de conscientização pública sobre questões ambientais.
- Falta de cooperação entre diferentes níveis de governo.
- Outros (por favor, especifique): _____

6. Você acredita que há espaço para melhorias nas políticas públicas de saúde ambiental? Se sim, em quais áreas você acredita que as melhorias são mais necessárias?

- Sim.
- Não.

7. Você tem alguma sugestão adicional ou comentário sobre políticas públicas de saúde ambiental que gostaria de compartilhar?

- Não tenho certeza.
- Em parte.
- Outros (por favor, especifique): _____

Tecendo Conhecimento 2

Aspectos históricos e conceituais da saúde ambiental

Em meados da década de 1990, a Organização Mundial da Saúde(OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde(OPAS) reconheceram que a saúde ambiental é formada por todos aqueles aspectos da saúde humana, incluindo a qualidade de vida, que são determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e psicológicos no meio ambiente.

A saúde ambiental também se refere à teoria e à prática de valorar, corrigir, controlar e evitar fatores do meio ambiente que possam prejudicar a saúde de gerações atuais e futuras. Do ponto de vista institucional, as questões ambientais tradicionalmente relacionadas à saúde foram, durante muitos anos, neste século, uma preocupação quase que exclusiva de instituições voltadas ao saneamento básico(água, esgoto, lixo etc.) no Brasil, estando presentes nas

propostas governamentais e vinculadas a diversos espaços dentro do aparelho de estado, notadamente em alguns ministérios como o da Saúde e o do Interior, Secretarias Estaduais e Municipais, além de algumas Universidades(TAMBELLINI; CÂMARA, 1998).

Na atualidade, foram colocados para a Saúde Pública e, particularmente, para a Saúde Ambiental o desafio de estruturar sistemas de monitoramento e vigilância que permitam prevenir e monitorar as consequências das mudanças ambientais para a saúde humana, o que requer a construção de indicadores que apontem essa inter-relação. A relação entre o ambiente e o padrão de saúde de uma população define um campo de conhecimento referido como “Saúde Ambiental” ou “Saúde e Ambiente” (TAMBELLINI; CÂMARA, 1998).

Fundamental salientar, ainda, que o termo “saúde” é definido pela Organização Mundial de Saúde(OMS) como o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como ausência de doenças. Assim, a qualidade de vida e o estado de saúde do ser humano também são comprometidos pela degradação ambiental como resultado de práticas não sustentáveis que causam alterações /destruições significativas do meio natural e de diversos ecossistemas. Por isso, populações expostas às situações de risco decorrentes da contaminação química do solo, bem como da produção, da comercialização, do uso, da armazenagem, do transporte, do manuseio e do descarte de substâncias químicas incluídas nos resíduos industriais e domésticos são preocupações constantes do mundo moderno.

Acesse o link para assistir ao vídeo: O que é Vigilância Epidemiológica? Como surgiu? Vigilância em saúde <https://www.youtube.com/watch?v=ml2z6jwrPkw>

Roteiro de Atividade 2

- 1) Analise a evolução da industrialização em Pernambuco e seus efeitos na saúde ambiental das comunidades locais ao longo do tempo. (Considere o surgimento de indústrias têxteis, de açúcar e outras, e como as práticas industriais afetaram a qualidade do ar, da água e do solo na região).

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a Ação Docente, disponível em: [UC Investigação em Saúde Ambiental.docx](#).

Autores: Franciana Pereira dos Santos, Maria de Fatima de Andrade Bezerra, Rayane Lima Gomes e Suzana Maria de Castro Lins.5

- 2) Explique como os ciclos de secas e enchentes estão historicamente ligados aos padrões climáticos e às práticas de uso da terra. (Discuta como esses eventos extremos afetaram a segurança alimentar, a saúde pública e os recursos naturais da região).
- 3) Analise a relação entre urbanização rápida e saúde ambiental em áreas urbanas. (Explore como o crescimento desordenado das cidades, o desmatamento urbano e a falta de infraestrutura adequada têm impactado a qualidade de vida e a saúde das populações urbanas).

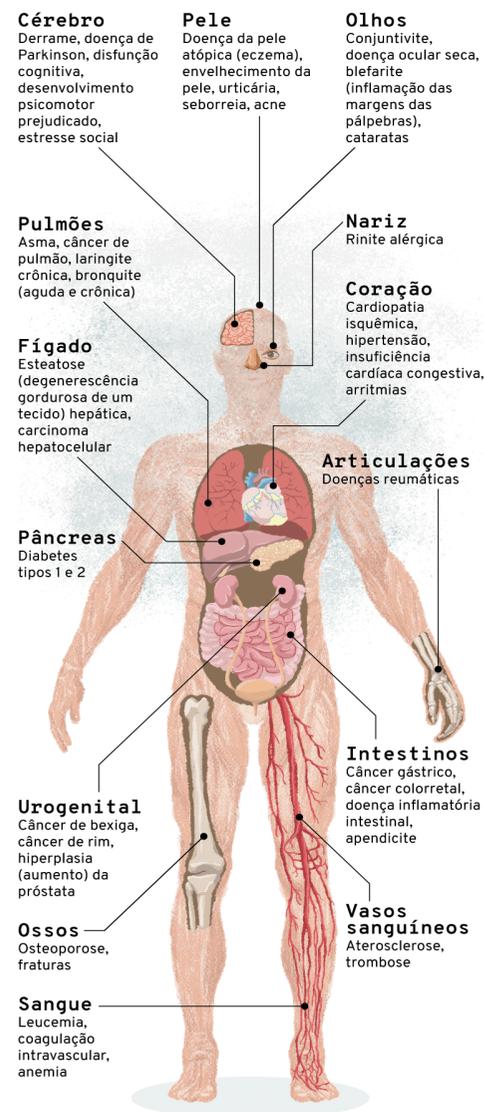
Tecendo Conhecimento 3

Doenças decorrentes das alterações e dos impactos causados ao meio ambiente.

Os fatores de risco podem ser físicos, químicos, biológicos, nutricionais, genéticos, econômicos, culturais, psicossociais e ecológicos. Trabalhadores e as comunidades que residem no entorno de áreas industriais estão permanentemente em risco de contaminação por substâncias como:

asbesto/amianto, benzeno, agrotóxicos, mercúrio e chumbo. Fatores ambientais que comprometem a saúde e, conseqüentemente, a qualidade de vida estão relacionados aos poluentes atmosféricos com a concentração populacional em centros urbanos, à industrialização crescente e à expansão agrícola. Com relação à contaminação do ar que respiramos, temos as radiações eletromagnéticas, promovidas pelo uso da energia elétrica e de meios de telecomunicações, nos diagnósticos e terapias medicinais, controle e monitoramento de processos industriais, enquanto atividades que utilizam equipamentos emissores de radiação.

Doenças causadas pela poluição do ar



Disponível em:

<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/saude/doencas-causadas-pela-poluicao-ar/>.

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a Ação Docente, disponível em: [UC Investigação em Saúde Ambiental.docx](#).

Autores: Franciana Pereira dos Santos, Maria de Fatima de Andrade Bezerra, Rayane Lima Gomes e Suzana Maria de Castro Lins. 6

Considere-se ainda que as respostas à exposição ambiental podem variar de acordo com a suscetibilidade de cada indivíduo, relacionada à idade, estado nutricional, predisposição genética, estado geral de saúde, comportamento e estilo de vida etc. E que algumas doenças podem ter longo tempo de latência para se manifestar, como, por exemplo, o câncer pulmonar causado pelo amianto, que é diagnosticado, em média, 20 anos após a exposição.

Água potável, ou seja, de qualidade adequada e em quantidade suficiente, constitui elemento essencial à vida, além de ser fator ligado à promoção da saúde da população e à redução da incidência de diversas doenças. Se a água contiver substâncias com limites acima dos padrões de potabilidade, estabelecidos pela Portaria N° 2.914/2011 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011), ela é considerada imprópria para consumo humano. Também a disposição inadequada de lixo permite a disseminação de microrganismos por meio de moscas, mosquitos e ratos, permitindo a transmissão de infecções por insetos vetores e por roedores.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2010) chama a atenção para as doenças negligenciadas que não só prevalecem em condições de pobreza, mas também contribuem para a manutenção do quadro de desigualdade, já que representam forte entrave ao desenvolvimento dos países. Podemos citar: dengue, doença de Chagas, esquistossomose, hanseníase, leishmaniose, malária, tuberculose, entre outras. A dengue, sendo uma doença infecciosa viral aguda, causada por vírus do tipo Flavivirus, com quatro sorotipos conhecidos, tem uma transmissão feita através da picada por mosquitos, principalmente *Aedes aegypti*, que ao se alimentarem com sangue infectado, transmitem o vírus para outra pessoa. Medidas de saneamento relativas ao aporte de água, coleta e destino do lixo, bem como educação em saúde para redução dos criadouros do mosquito no meio ambiente constituem-se medidas eficientes no combate ao *Aedes aegypti*. Além dessas doenças de origem biológica, a água pode, ainda, ser veículo de inúmeras substâncias químicas capazes de provocar problemas graves à saúde do indivíduo que as consumir durante um longo período ou em quantidades elevadas.

Acesse o link abaixo, nele você pode ler a matéria e ouvir o podcast.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-12/mudancas-climaticas-podem-agravar-quadro-de-doencas-como-dengue-e-zika>

Roteiro de Atividade 3

- 1) Identifique e explique três fatores de riscos físicos que podem afetar os trabalhadores e as comunidades próximas a áreas industriais.
- 2) Identifique os riscos químicos associados à exposição ao benzeno em áreas industriais. Quais são os efeitos adversos à saúde humana decorrentes da exposição prolongada a essa substância?
- 3) Quais os impactos biológicos da exposição aos agrotóxicos em comunidades agrícolas próximas a áreas de cultivo? Como esses produtos químicos podem afetar a saúde humana e o meio ambiente?
- 4) Como o estresse, o medo e a ansiedade podem afetar o bem-estar mental e emocional das pessoas que vivem em comunidades industriais?

Tecendo Conhecimento 4

Relação entre ambiente, saúde e sociedade.

Um indivíduo é considerado exposto a um fator de risco quando existem vias de ingresso do fator ao organismo, seja, pela inalação, ingestão, contato dérmico etc. Para a saúde ambiental, as principais ocorrências identificáveis são os acidentes, as doenças e outros agravos causados por condições do ambiente. Os sinais e sintomas identificados são inespecíficos, podendo o quadro clínico ficar inalterado muito tempo após a fase inicial da exposição. Esse cenário é

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a Ação Docente, disponível em: [UC Investigação em Saúde Ambiental.docx](#).

Autores: Franciana Pereira dos Santos, Maria de Fatima de Andrade Bezerra, Rayane Lima Gomes e Suzana Maria de Castro Lins. 7

evidenciado em estudos epidemiológicos, em que é comum a existência de casos suspeitos, que podem posteriormente ser confirmados ou não. Ainda é difícil a identificação das relações causa-efeito, especialmente dos grupos mais vulneráveis, como as crianças, os idosos e os doentes, que estão em risco pela poluição do ar, apesar de ser difícil mensurar a magnitude do risco.

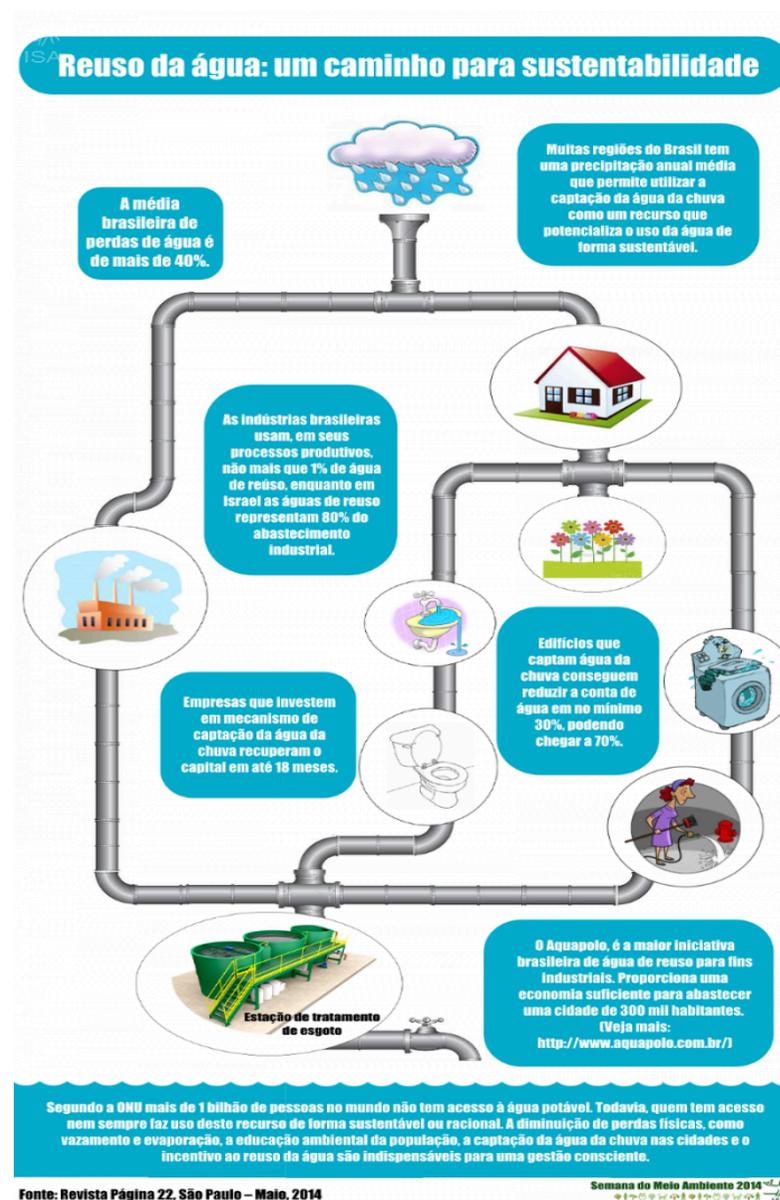
Há consideráveis incertezas em estimar tanto as exposições como os efeitos e suas relações. Por outro lado, as reações adversas a um contaminante podem assumir ampla gama de formas, que vão desde desconforto físico ou psicológico, passam por alterações fisiológicas de difícil interpretação, por doenças clínicas de intensidade variável, até a morte. Some-se a isso o escasso conhecimento disponível sobre os efeitos adversos à saúde, que podem ser causados por várias substâncias químicas já em uso nos processos produtivos.

Os agrotóxicos - um dos mais importantes fatores de risco para a saúde humana - são agentes constituídos por uma grande variedade de compostos químicos ou biológicos, desenvolvidos para matar, exterminar, combater, repelir a vida, além de controlar processos específicos, como os reguladores do crescimento. Apresentam ação sobre a constituição física e sobre a saúde do ser humano, bem como são importantes contaminantes ambientais e das populações de animais relacionadas a esses ambientes. Seu uso pelo setor agropecuário objetiva promover o trato cultural e proteger as lavouras contra as pragas e contra as doenças que comprometem seus ciclos vegetativos e motivam quedas de rendimento.

Disponível em: <https://portal.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/Investigacao-em-Saude-Ambiental.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2024.

O reuso da água é uma prática essencial para enfrentar os desafios globais de escassez hídrica e garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos. No entanto, sua implementação enfrenta uma série de desafios e questões que precisam ser abordadas de maneira adequada. Neste sentido, como poderíamos relatar algumas ações que venham apoiar a sustentabilidade dos recursos hídricos e a manutenção

da saúde. Segue um infográfico para ilustrar o reuso da água.



Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a Ação Docente, disponível em: [UC Investigação em Saúde Ambiental.docx](#).

Autores: Franciana Pereira dos Santos, Maria de Fatima de Andrade Bezerra, Rayane Lima Gomes e Suzana Maria de Castro Lins. 8

Acesse o link para assistir ao vídeo: documentário "O Brasil sem o básico" (saneamento básico).
<https://www.youtube.com/watch?v=UwmlRxdEahc>.

Roteiro de Atividade 4

- 1) Como o impacto da poluição ambiental pode afetar a saúde das pessoas?
- 2) Liste questões ambientais que podem afetar a saúde pública.
- 3) Porque as comunidades, frequentemente as mais pobres e marginalizadas, enfrentam uma carga desproporcional de impactos ambientais negativos e, conseqüentemente, têm piores resultados de saúde?
- 4) Quais os benefícios da natureza para a saúde física e mental?
- 5) Quais os agravantes à saúde de um o crescimento urbano rápido e não planejado?
- 6) Qual o papel da educação ambiental na promoção da saúde?

Tecendo Conhecimento 5

Legislação relacionados à vigilância ambiental

Durante o período 1960 e 1970, o mundo testemunhou um crescimento econômico acelerado, especialmente nos países industrializados. No entanto, essa expansão econômica veio acompanhada de uma série de problemas ambientais, como poluição do ar e da água, desmatamento e degradação de ecossistemas. A ocorrência de desastres ambientais significativos, como o vazamento de produtos químicos tóxicos em Bhopal, na Índia, em 1984, e o desastre do petroleiro Exxon Valdez, no Alasca, em 1989, trouxe uma nova

conscientização global sobre a necessidade de regulamentações ambientais mais rigorosas.

Neste contexto, houve uma crescente preocupação da sociedade civil com questões ambientais, manifestada por meio de protestos, movimentos ambientalistas e ações de conscientização, pressionou os governos a agirem na proteção do meio ambiente. Esses movimentos apontaram para a realização de conferências internacionais sobre meio ambiente, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), contribuiu para a conscientização global e estimulou a adoção de legislações ambientais mais abrangentes.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para o meio ambiente no Brasil. Ela incluiu disposições específicas relacionadas à proteção ambiental, reconhecendo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental de todos, e estabelecendo o princípio do desenvolvimento sustentável como um dos fundamentos da República.

Diante desses eventos e pressões sociais, o Brasil começou a elaborar e promulgar uma série de leis ambientais, incluindo a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que visam proteger e preservar os recursos naturais e promover um desenvolvimento mais sustentável.

DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a Ação Docente, disponível em: [UC Investigação em Saúde Ambiental.docx](#).

Autores: Franciana Pereira dos Santos, Maria de Fatima de Andrade Bezerra, Rayane Lima Gomes e Suzana Maria de Castro Lins.9

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas; [\(Regulamento\)](#)

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. [\(Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989\)](#)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm

Acesse o link para assistir ao vídeo: Vigilância em Saúde

https://youtu.be/TOW_ij0zjh8?si=aRbiL7UlhFSX_Xup



Acesse o QR CODE, para observar o infográfico do Programa Lixo Zero. Este programa é uma iniciativa do governo brasileiro que visa eliminar os lixões a céu aberto em todo o país, promovendo uma gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos.

A produção excessiva de lixo, traz contaminação do solo e da água, a geração de gases de efeito estufa em lixões, além dos impactos negativos na saúde pública e no meio ambiente.

Neste sentido, a coleta seletiva promove a redução da quantidade de resíduos destinados aos aterros sanitários e favorece benefícios ambientais e econômicos na prática da reciclagem.

No entanto, existem desafios na implementação do Programa Lixo Zero, como a necessidade de infraestrutura adequada para a coleta seletiva e a reciclagem, o engajamento da sociedade e dos governos locais, e a conscientização sobre a importância da destinação correta dos resíduos sólidos urbanos.

Roteiro de Atividade 5

Responda os itens sobre à legislação de vigilância ambiental em Pernambuco:

1. Qual é o órgão responsável pela vigilância ambiental em Pernambuco?

- a) IBAMA.
- b) CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente).
- c) SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade).
- d) ANA (Agência Nacional de Águas).

2. Qual é a legislação ambiental estadual que estabelece normas para a proteção do meio ambiente em Pernambuco?

- a) Código Florestal.
- b) Lei de Crimes Ambientais.

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a Ação Docente, disponível em: [UC Investigação em Saúde Ambiental.docx](#).

Autores: Franciana Pereira dos Santos, Maria de Fatima de Andrade Bezerra, Rayane Lima Gomes e Suzana Maria de Castro Lins.10

- c) Lei da Política Estadual do Meio Ambiente.
- d) Estatuto da Cidade.

3. Qual é o principal objetivo da legislação de vigilância ambiental em Pernambuco?

- a) Promover o desmatamento indiscriminado.
- b) Regularizar o tráfico de animais silvestres.
- c) Prevenir e combater a degradação ambiental e garantir a conservação dos recursos naturais.
- d) Incentivar o uso indiscriminado de agrotóxicos.

4. Qual é a penalidade prevista pela legislação ambiental de Pernambuco para quem comete crimes ambientais?

- a) Multa.
- b) Apreensão dos bens.
- c) Prestação de serviços comunitários.
- d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

5. Qual é o principal objetivo do Programa Lixão Zero no Brasil?

- a) Reduzir a quantidade de lixo produzido pelas cidades.
- b) Eliminar os lixões a céu aberto e promover a gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos.
- c) Aumentar a produção de resíduos recicláveis.
- d) Criar mais lixões para acomodar o aumento da produção de lixo.

6. Qual é a diferença entre um lixão e um aterro sanitário?

- a) Não há diferença, ambos são locais onde o lixo é descartado.
- b) Lixões são locais controlados pelo governo, enquanto aterros sanitários são controlados por empresas privadas.
- c) Lixões são depósitos de lixo a céu aberto, enquanto aterros sanitários possuem infraestrutura adequada para o descarte de resíduos.
- d) Lixões são locais onde o lixo é reciclado, enquanto aterros sanitários são destinados apenas para resíduos orgânicos.

Respostas corretas.

1. Letra B - CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente)
2. Letra C - Lei da Política Estadual do Meio Ambiente
3. Letra C - Prevenir e combater a degradação ambiental e garantir a conservação dos recursos naturais
4. Letra D - Todas as alternativas anteriores estão corretas
5. Letra B - Eliminar os lixões a céu aberto e promover a gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos.
6. Letra C - Lixões são depósitos de lixo a céu aberto, enquanto aterros sanitários possuem infraestrutura adequada para o descarte de resíduos.

SILVEIRA, M. P.; SCAPIN, A. L. Química dos plásticos: uma proposta para o ensino de química orgânica com enfoque em ciência, tecnologia, sociedade e ambiente. Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/pr_oducoes_pde/2016/2016_artigo_qui_uem_analuciascapin.pdf. Acesso em: 21 mar. 2022.

SOUZA, H. P. et al. Doenças infecciosas e parasitárias no Brasil de 2010 a 2017: aspectos para vigilância em saúde. Revista Panamericana de Salud Pública, São Paulo, v. 44, [sem paginação], 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.10>. Acesso em: 17 mar. 2022.

TAMBELLINI, A. T.; CÂMARA, V. M. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 47-59, 1998. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/R7gmzrPbmWWKJZz57k5KRhH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.